

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE CAMPO GRANDE
LETRAS: LICENCIATURAS, BACHARELADO, MESTRADOS
PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU – ESPECIALIZAÇÕES**

ALESSANDRA DIAS

**SIPUTERENA - A DANÇA DA EMA: ANÁLISE DA CULTURA TERENA
NA ALDEIA LIMÃO VERDE (CIDADE DE AQUIDAUANA – MS)**

Campo Grande
2018

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE CAMPO GRANDE
LETRAS: LICENCIATURAS, BACHARELADO, MESTRADOS
PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU – ESPECIALIZAÇÕES

ALESSANDRA DIAS

**SIPUTERENA - A DANÇA DA EMA: ANÁLISE DA CULTURA TERENA
NA ALDEIA LIMÃO VERDE (CIDADE DE AQUIDAUANA – MS)**

Monografia apresentada à Banca Examinadora junto ao Programa de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Língua e Cultura Terena da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (Campo Grande) como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Língua e Cultura Terena.

Orientadora: Profa. Dr^a. Valéria Faria Cardoso

Campo Grande
2018

FICHA CATALOGRÁFICA

DIAS, Alessandra. **Siputerena - A Dança Da Ema: Análise Da Cultura Terena Na Aldeia Limão Verde (Cidade De Aquidauana – Ms).** Monografia. 2018.

Monografia (Pós-Graduação) – Língua e Cultura Terena – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, 2018. Orientador: Profa. Dr^a. Valéria Faria Cardoso.

1. Cultura Terena 2. Dança Seputerena 3. Dança da Ema.

ALESSANDRA DIAS

**SIPUTERENA - A DANÇA DA EMA: ANÁLISE DA CULTURA TERENA
NA ALDEIA LIMÃO VERDE (CIDADE DE AQUIDAUANA – MS)**

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Valéria Faria Cardoso
UNEMAT
(Orientadora)

Campo Grande-MS, ____ de _____ de 2018.

AGRADECIMENTOS

A minha família.

A minha orientadora Profa. Dra. Valéria Faria Cardoso.

Dedicatória

Ao meu vovô Juventino Francisco Dias.

RESUMO

O presente trabalho foi desenvolvido a partir de pesquisa de campo realizada na Aldeia Limão Verde, na cidade de Aquidauana – MS, tendo como objeto de estudo alunos do Ensino Fundamental da Escola Municipal Indígena ‘Lutuma Dias’. Esta pesquisa pretende contribuir com as reflexões sobre a educação escolar indígena no Brasil e a importância da Dança da Ema e a Dança Sipurera para os alunos da etnia Terena da referida aldeia. Para esse objetivo apresenta-se um breve histórico acerca da trajetória da dança indígena até os dias atuais, fundamentado num referencial teórico que apresenta e/ou analisa a dança e a cultura que envolve a mesma. O método adotado nesta pesquisa foi de caráter quantitativo e qualitativo, em função do objetivo proposto. Para chegar aos resultados foi aplicado um questionário aos alunos dos anos finais do Ensino Fundamental para identificar os motivos que levam estes alunos a gostarem e praticarem estas danças e, concomitantemente, conclusões foram tiradas a partir do resultado e da complementação das informações através de conversas informais com os alunos. Por fim, foram elencadas sugestões para que a cultura Terena fosse preservada.

PALAVRAS-CHAVES. Terena. Educação Indígena. Dança. Cultura.

ABSTRACT

The present work was developed from a field research carried out at Aldeia Limão Verde, in the city of Aquidauana - MS, with the purpose of studying primary school students from the Lutuma Dias Municipal School. This research intends to contribute with the reflections on the indigenous school education in Brazil and the importance of the Dance of the Ema and the Dance Siputerena for the students of the Terena ethnic group of the said village. For this purpose, a brief history about the trajectory of indigenous dance to the present day is presented, based on a theoretical reference that presents and / or analyzes the dance and the culture that surrounds it. The method adopted in this research was quantitative and qualitative in function of the proposed objective. To reach the results, a questionnaire was applied to the students of the final years of Elementary School to identify the reasons that lead these students to enjoy and practice these dances and, at the same time, conclusions were drawn from the result and complementation of the information through informal conversations with the students. Finally, suggestions were made for the Terena culture to be preserved.

KEYWORDS: Terena. Indigenous Education. Dance. Culture.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1. BREVE HISTÓRICO DA ALDEIA LIMÃO VERDE.....	12
2. ESTADO DA ARTE	15
3. DANÇAS DA CULTURA TERENA	19
4. DADOS COLETADOS NA PESQUISA DE CAMPO	23
CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
REFERÊNCIAS	29

INTRODUÇÃO

Pertencente ao povo indígena Terena, da Aldeia Limão Verde – PIN Limão Verde tive inquietações pertinentes às tradições e cultura do meu povo, pois sou cacique da dança Seputerena e sempre estou envolvida com a cultura do meu povo. Desde cedo, vivendo na aldeia, senti as inquietações em relação à Arte e Cultura e o que poderia fazer para ajudar a esclarecer e despertar o interesse referente a dança.

Estas inquietações levaram-me à Especialização em Língua e Cultura Terena e como proposta do Pesquisa para o Curso apresenta o seguinte tema: Siputerena - A Dança Da Ema: Análise Da Cultura Terena Na Aldeia Limão Verde (Cidade De Aquidauana – MS).

A pesquisa acerca da temática objetivou contribuir para o entendimento dança da Ema ou dança do Bate-Pau na Reserva¹ Indígena de Aldeia Limão Verde, em Aquidauana - MS. O município de Aquidauana possui três Terras Indígenas – terras reservadas para usufruto dos índios terena, pelo Serviço de Proteção aos Índios, SPI –, cada uma com um Posto Indígena (PIN): Taunay, Ipegue e Limão Verde.

Segundo Funasa (2007), são nove aldeias nessas três terras indígenas: cinco em Taunay, duas em Ipegue e duas em Limão Verde, todas de etnia Terena, com uma população aproximada de 1382 famílias. A Aldeia Limão Verde localiza-se a 23 km da sede do município de Aquidauana, possuindo uma área de aproximadamente 4.086 hectares (Fehlauer, 2004), na qual vivem cerca de 1094 indígenas (301 famílias e 233 residências), segundo a FUNASA (2007).

Além do trabalho na roça, os Terena da Aldeia Limão Verde saem para trabalhar como peões em fazendas, em usinas de cana-de-açúcar e em serviços temporários, como: capinas, colheita de cereais e instalação de cercas. A “changa”, como denomina essa prestação temporária de serviços fora de suas terras, é caracterizada por serviços gerais como carga e descarga de caminhão, entre outros, encontrados pelos indígenas nas cidades. A proximidade com a cidade e a densidade demográfica tem sido agravantes dos problemas que a comunidade indígena tem enfrentado, e que tem posto em risco a sua manutenção cultural e a sua própria sobrevivência física.

¹ O conceito de Reserva segue a definição do Estatuto do Índio – Lei Nº 6.001/73, onde: “Art. 27. Reserva Indígena é uma área destinada a servir de habitat a grupo indígena, com os meios suficientes a sua subsistência.”

Observa-se que, dentro da Aldeia Limão Verde, a comunicação é realizada por meio do idioma Terena, especialmente, entre os moradores mais velhos. E, também, por meio do Português, preferido pelos jovens. O domínio da Língua Portuguesa foi adquirido, historicamente, segundo os indígenas, em decorrência do intenso contato com a sociedade não indígena (que, em determinados momentos históricos, proibia aos indígenas o uso da sua língua materna, o Terena).

O referente trabalho tem como característica básica tentativa de obter dos alunos do 8º e 9º anos do Ensino Fundamental, na Escola Municipal Indígena “Lutuma Dias” informações sobre a dança no ambiente escolar. A metodologia adotada teve caráter qualitativo e quantitativo. Primeiramente, foi lido uma pesquisa bibliográfica para fomentar o embasamento teórico; em segundo momento, a aplicação de questionários aos 75 alunos frequentes do 8º e 9º anos do Ensino Fundamental; em terceiro momento, houve a análise dos dados obtidos e exemplificados através de tabulação e gráficos produzidos no Excel. Por fim, sugestões para preservar a cultura da dança entre os Terena da Aldeia Limão Verde – PIN Limão Verde.

1. BREVE HISTÓRICO DA ALDEIA LIMÃO VERDE

A constituição da Terra Indígena do Limão Verde não possui uma data precisa, mas afirmam que o seu processo de formação foi semelhante as demais aldeias indígenas que se constituíram depois da guerra contra o Paraguai. Segundo as informações registradas pelo índio Terena Isac Pereira Dias, a aldeia do Limão Verde foi fundada pelo índio Terena Atale, que entre os não-índios era chamado de Manuel Lutuma Dias, nome recebido do fazendeiro que era o seu patrão.

Para Mariz (1997), era um procedimento por parte dos não-índios de batizarem com o nome de sua família, todos os índios que, de alguma maneira, a eles estivessem ligados, costume que se tornou comum na região do Sul de Mato Grosso.

Limão Verde foi fundado pelo índio por nome Atale: conhecido em português por nome Manuel Lutuma Dias e sua esposa Otó-ole: que se chamava em português Rosa nome em português foi colocado pelos fazendeiros onde eles trabalhavam. Manuel Lutuma Dias veio corrido da Guerra do Paraguai e quando a Guerra acabou ficou trabalhado junto com a sua mulher. Plantando, e viu que o lugar era bom, e saiu a procura do companheiro que estava espalhado na fazenda e achou 3 casais que convidou para trabalhar junto na roça (...) em 1946 apareceu um funcionário do S.P.I. que chamava-se Enok Alvarenga Sôares quando ele fez recenseamento já achou 180 população e trabalhou junto com Daniel em 1947 levantou uma casa provisório para casa do posto começou assistência do S.P.I. 28. (DIAS, s/d, s/p) ²

Cardoso de Oliveira (1976) aponta informações referentes à constituição da Aldeia do Limão Verde durante a referida guerra, porém afirma que a aldeia teria sido fundada por João Dias, que se mudou para o Morrinho, região próxima a cidade de Aquidauana – MS. Depois de sua morte, seus filhos se mudaram para o lugar denominado Limão Verde, onde já encontraram o Capitão Lutuma. Esta informação coincide com algumas encontradas no relatório de Identificação e delimitação da Terra Indígena Limão Verde, realizado pelo Antropólogo Alceu Cotia Mariz em 1997 e o Laudo Pericial realizado pelo professor Dr. Gilson Rodolfo Martins, em 1999, que também evidencia a presença dos índios Terena naquela região durante o período da guerra contra o Paraguai.

² Esta informação foi retirada de um caderno escrito de próprio punho pelo índio Terena Isac Pereira Dias, morador da Terra Indígena de Limão Verde, que nele registrou a história da constituição daquela aldeia, não existe data e nem o ano em que foi escrito.

A presença histórica de índios Terena, na localidade denominada Limão Verde, faz-se de forma ininterrupta, pelo menos desde 1865 até o momento, sendo marcada, entre outras coisas por um progressivo crescimento demográfico. A presença indígena no Limão Verde é anterior à presença de João Dias naquela localidade, tendo aparecido nos documentos somente em 1892, por ocasião da venda de suas terras; assim, a fazenda conhecida por São João da Boa Vista ou Ribeirão, dois anos depois, em 1894, foi registrada na cidade de Miranda sob o nome de Alto Aquidauana, quando então, João Dias mudou-se para o local denominado Morrinho São José, o qual se encontrava entre o Limão Verde e a recém fundada cidade de Aquidauana, até de fato estabelecer-se com sua família no local denominado Limão Verde, ocupando as terras de Córrego Seco.

Por ocasião da morte de João Dias, seu filho tentou estabelecer o seu domínio nas terras do Limão Verde, impondo-se na liderança, tentando implantar a cacicagem de sua família, mas não conseguiu suplantar a força do Lutuma que liderava o aldeamento desde o início. (MARIZ, 1997, p. 09).

Durante o final da década de 1960 e início de 1970, já em pleno século XX, não surgiu nenhum outro documento além do Decreto n.º 795 de 1928, em favor dos índios Terena e nem da sociedade envolvente. Assim, com base nesse único documento, o vereador Terena Jair de Oliveira solicitou a demarcação das terras do Limão Verde, na Câmara Municipal da cidade de Aquidauana, propondo a demarcação daquelas terras, de acordo com o que estabelecia o Decreto de 1928, ou seja, 2000 hectares de terras. Seu pedido foi aprovado por unanimidade em sessão ordinária e logo depois, pelo Ofício n.º 135 de 25 de agosto de 1970. (MARIZ, 1997, p. 26).

No entanto, os Terena esperariam ainda mais dois anos para terem as suas terras legalizadas; em 1972, foram doados para a FUNAI 1.238 hectares, sendo levados para a escritura em cartório em 1973, com uma quantidade de terras a menos do que estabelecia o Decreto de 1928. Todavia, estava legalizada a Terra Indígena de Limão Verde³.

Conforme pode ser verificado no mapa (Figura 1), referente aos seus limites territoriais.

³ O relatório de Identificação e delimitação da Terra Indígena Limão Verde realizado em 1997 é referente à solicitação de ampliação dessa terra em favor da sociedade Terena, de 2.913 hectares. Pleiteado por esses índios e conquistadas no início de 2003, do século XXI.

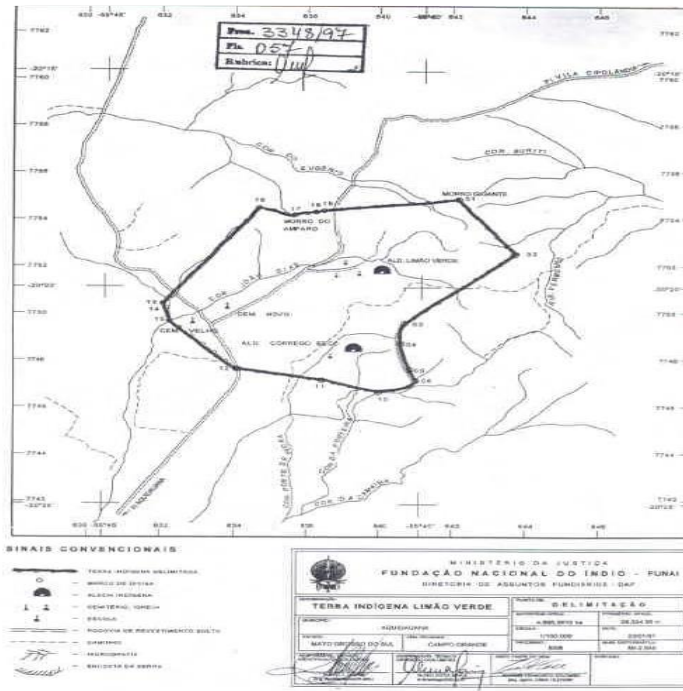


Figura 1 Limites Territoriais da Aldeia Limão Verde. Fonte: Proc. 3348/97

A questão territorial é muito forte no meu povo por estarmos ligados a ela. No município de Aquidauana houveram retomadas com posse homologada pela FUNAI. Na reserva indígena Limão Verde, em 2012, houve uma retomada na Fazenda Amambai acomodando mais de 10 famílias, onde as mesmas fazem uso da agricultura de subsistência.

2. ESTADO DA ARTE

Através da Educação Escolar Indígena os professores indígenas adquiriram conhecimento de metodologias para ensinar aos alunos os diversos olhares da Cultura Terena, que é fundamental para a preservação de nossas tradições.

2.1. BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

O índio⁴ brasileiro, de acordo com a História de nosso país, sempre foi relegado a um plano inferior que, de acordo com Junqueira (1991, p. 84), teve início já nos primeiros anos do “descobrimento”. De acordo com a FUNAI⁵ (2007), em 1500, a população indígena contava com aproximadamente 5 milhões de pessoas, e hoje soma cerca de 460 mil pessoas distribuídas entre 225 sociedades indígenas com 180 línguas falantes, o que representa 0,25% da população brasileira.

Vinculada a isso, está a questão da posse da terra indígena. É necessário ressaltar que o Estatuto do Índio⁶, no art. 26 (1973), garante direito efetivo a terra e ao usufruto dela, está expresso que:

A União poderá estabelecer, em qualquer parte do território nacional, áreas destinadas à posse e ocupação pelos índios, onde possam viver e obter meio de subsistência, com direito ao usufruto e utilização das riquezas naturais dos bens nelas existentes, respeitadas as restrições legais.

No Brasil, tem-se a problemática da demarcação de terras indígenas, que encontra uma série de obstáculos burocráticos que retardam a tomada de decisão, conferindo às comunidades uma longa espera e resultando em uma gama de outros problemas, principalmente do ponto de vista sociocultural. Associado a isso, o Artigo 231 da Constituição Federal de 1988⁷, deixa explícito que:

⁴ Segundo, Dierna (1984) o termo índio é um nome genérico colonial, usado por conquistadores, colonizadores e missionários, para denominar a população dos territórios dominados.

⁵ Dados disponíveis no home Page da Fundação: www.funai.gov.br. Última consulta em: 10/10/2010.

⁶ Estatuto do Índio. LEI Nº 6.001 - De 19 de dezembro de 1973. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/quem/legislacao/conteudo.htm>. Último acesso em: 20/10/2010.

⁷ Constituição Federal da República Federativa do Brasil. Promulgada em 05 de Outubro de 1988. TÍTULO VIII – CAPÍTULO VIII. DOS ÍNDIOS. Art. 232. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm

São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças, tradições e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. (Constituição Federal, 1988 p.152-153).

Quanto a realidade das escolas indígenas no que tange a Gestão Escolar, Freire (2004) afirma que foram os colonizadores europeus que trouxeram as escolas para as diversas etnias indígenas que viviam no "território atualmente ocupado pelo Brasil". Tais etnias desconheciam a existência da cultura escrita e transmitiam seus conhecimentos de várias formas, mas através basicamente da oralidade.

Segundo Freire (2004), as primeiras escolas eram “para indígenas” e não “de indígenas”. Estas escolas, organizadas em sua maioria por jesuítas, tinham como objetivo principal a catequese, cujo processo educativo desconsiderava a língua e a cultura das etnias, acabando por dissociar a identidade das mesmas.

Compartilhando de ideias semelhantes, Ferreira (2004) afirma que no período colonial, a educação escolar indígena era exercida essencialmente por missionários católicos principalmente jesuítas e salesianos. O objetivo dessa educação era impor a cultura dominante cristã e assim poder controlar os indígenas para produzir mão-de-obra barata.

Podemos observar em vários artigos, como os de Ferreira (2004), Freire (2004) e Paula (1999), que a escola foi um meio de colocar em prática uma política que teve como consequência o aniquilamento de inúmeros indígenas. Esta escola, muitas vezes, fez com que os indígenas fossem aos poucos perdendo sua cultura, suas tradições, saberes e religiões, ou seja, ela contribuiu para que perdessem sua identidade em todos os momentos.

Ferreira (2001) critica os programas educativos ofertados a população indígena por não serem condizentes com as realidades indígenas, além da situação precária de várias escolas, de professores não especializados e de uma pedagogia alienadora.

Podemos observar que a história do Brasil é marcada por um forte processo discriminatório contra os indígenas, conforme Kahn e Azevedo (2004) explicam, até a década de 1970, acreditava-se que as populações indígenas iriam desaparecer devido ao processo civilizatório que sofriam. Essa visão pode ser observada no Código Civil Brasileiro que vigorou até 2003. Neste, os índios eram considerados como “relativamente incapazes” e que por isso necessitariam de uma tutela, neste caso, exercida principalmente

pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI). O Estatuto do Índio de 1973 também reflete essa visão ao designar o índio como “silvícola”, isto é, uma pessoa que vive na selva e que vai superar esse estágio primitivo.

Na década de 1980, segundo Freire (2004), viviam, no Brasil, o processo de redemocratização e é neste contexto que o grupo indígena passou a ter um papel mais central na formulação de políticas públicas indigenistas.

Segundo Freire (2004), após a Constituição Federal de 1988, ocorrem mudanças significativas na legislação referente à Educação Indígena, como na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 e no Plano Nacional de Educação (PNE) de 2001.

O grande trunfo que as escolas indígenas apresentam em relação às escolas convencionais, de acordo com Kahn e Azevedo (2004), é o fato de que a comunidade que vai utilizá-la pode criar seu modelo de acordo com suas demandas específicas. Do mesmo modo, Ângelo (1994) destaca que a grande inovação da educação de escolas indígenas reside na proposta de uma escola específica e diferenciada, de acordo com o contexto sociocultural das etnias. No entanto, Ângelo (1994) ressalta que as escolas indígenas enfrentam diversos problemas na prática à mercê do sistema de ensino e de gestores públicos que, muitas vezes, desconsideram a democratização, o contexto sociocultural das comunidades, além de apresentarem entraves burocráticos e financeiros.

Veiga e D'angelis (1993) dizem que as escolas rurais brasileiras, onde os povos indígenas, muitas vezes fazem sentar seus filhos e as escolas instaladas por órgãos oficiais em área indígena - como as da FUNAI, são perniciosas pois fazem dos povos indígenas, contingentes miseráveis de "brasileiros". Para os autores, o caráter patriótico-nacionalista e ufanista da escola pública brasileira e, em geral, das escolas destinadas aos povos indígenas ajudou e ajuda ainda a vender a ideia de que "os índios são os verdadeiros brasileiros", tão comum hoje nos discursos de lideranças indígenas.

Relembrando Freire (1983):

Educar e educar-se, na prática da liberdade, é a tarefa daqueles que sabem que pouco sabem – por isto sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais – em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem, possam igualmente saber mais. FREIRE (1983, p. 25).

2.2 ESTUDOS REALIZADOS SOBRE A CULTURA TERENA

Durante os meses de agosto a novembro de 2018, acompanhei as atividades pedagógicas ministradas pelos professores da disciplina de Arte e Cultura Terena com os alunos da Escola Municipal Indígena “Lutuma Dias” das turmas do 6º ao 9º ano, também por ser professora concursada e lotada nesta escola com objetivo de saber como os professores indígenas estão ensinando a arte para perpetuar a tradição Terena; se a aprendizagem adquirida é colocada em prática no dia-a-dia na comunidade e se a proposta pedagógica contempla a cultura regional indígena.

Para a comunidade indígena da Aldeia Limão Verde, assim como outras, a educação é passada de pai para filho, desde o momento em que nasce, sabendo reconhecer a sua própria cultura e ter respeito e orgulho dela. Atualmente, a sociedade começou a reconhecer o indígena como um povo educador de suas tradições.



Figura 2 – Pintura, dança, plumagem são tradições ensinadas e cultivadas. Foto da pesquisadora com sua filha na festa do Dia do Índio de 2017, na Aldeia Limão Verde – Aquidauana MS.

Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora.

3. DANÇAS DA CULTURA TERENA

As tradicionais danças, execução de instrumentos musicais e rituais é possível vivenciar as crenças de nossos ancestrais. Os passos das danças Seputerena (para as mulheres) e da Ema (para os homens) são enfocados, mas em datas comemorativas, como o Dia do Índio. A música Terena consiste de ritmo (dado principalmente pelo tambor e chocalho) e melodia (tocada pelo violão), sendo cantada em coro.

No site História da Arte⁸, há a seguinte descrição:

Os índios pintam o corpo para enfeitá-lo e também para defendê-lo contra o sol, os insetos e os espíritos maus. É para revelar de quem se trata como está se sentindo e o que pretende. As cores e os desenhos “falam”, dão recados. Boa tinta, boa pintura, bom desenho garantem boa sorte na caça, na guerra, na pesca, na viagem. Cada população indígena desenvolve padrões de pintura fiéis ao seu modo de ser. Na atualidade, a pintura pode ser bastante simples, porém nas festas, nos combates, mostra-se requintada, cobrindo também a testa, as faces e o nariz. A pintura corporal é função feminina, a mulher pinta os corpos dos filhos e do marido. Assim como a pintura corporal, a arte plumária serve para enfeites: mantos, máscaras, cocares e passam aos seus portadores elegância e majestade. Esta é uma arte muito especial porque não está associada a nenhum fim utilitário, mas apenas a pura busca da beleza.

3.1 – DANÇA DA EMA OU DANÇA DO BATE-PAU

Executada apenas por homens, a Dança do Bate-Pau (*kochichoti-kipahé*)⁹ ou Dança da Ema (*kipahé*)¹⁰ é uma das mais conhecidas tradições indígenas de Mato Grosso do Sul, que tem origem na comemoração das vitórias nas guerras. A antropóloga Luciana Scanoni (2008)¹¹, explica que “a dança do Bate-Pau é um momento de celebração e de reconhecimento da sua cultura” e, portanto, mostra-se como “uma ferramenta política de integração entre os próprios índios, mas também com o resto da população da cidade”. Ela acrescenta que “a dança está muito relacionada ao contexto político de luta pelo

⁸ Informações colhidas: <http://www.historiadaarte.com.br/arteindigena.html>

⁹ Grafia Terena, que significa em português Bate-Pau.

¹⁰ Grafia Terena que significa em português Dança da Ema.

¹¹ Informações extraídas do site <http://ruminandocultura.blogspot.com/2008/01/tatuagens-penas-e-tradio.html>

orgulho de ser índio e pelo direito à diferença”. A antropóloga define ainda cultura como “algo mutável” e que “o fato do índio morar na cidade não lhe tira a característica de seus antepassados”.

A dança é um mecanismo de ressignificação da cultura para os índios Terena. Eles mantêm características tradicionais, adaptando-as à realidade local. Por isso é comum, por exemplo, encontrar pinturas e roupas diferentes para a mesma dança em aldeias dentro de Mato Grosso do Sul. As roupas são feitas com esmero, as penas de Ema são presas uma a uma. Os primeiros passos são lentos, lembrando os passos do jaburu, uma ave aquática da fauna pantaneira. Os homens formam duas fileiras e são guiados pelo chefe que fica na ponta. Em seguida, imitam os passos da Ema e retornam ao início. Guiados por palavras em Aruák¹² – idioma Terena - eles simulam uma guerra, arremessando os bambus uns contra os outros. No final da dança, uma homenagem: os paus são cruzados embaixo para que o cacique seja suspenso. Nesse momento as peles morenas, as tintas pelo corpo e as saias ganham ainda mais significado para aqueles homens. Seus olhos e sua força indicam a intensidade daquela dança e as pessoas em volta se emocionam. O homem sobre os bambus diz frases fortes na língua Terena, e os demais respondem no mesmo tom. A cor vermelha representa a guerra e a cor azul representa a paz, segundo JESUS (2007).

Não há consenso sobre a origem da dança do Bate-Pau. Para uns, a dança lembra a vitória da etnia Terena na Guerra do Paraguai. A partir desse ponto de vista, seus passos marcam desde a preparação para a guerra até a festividade da vitória. Para outros, ela surgiu a partir de “um sonho de um pajé em que estava numa mata, assistiu essa dança e a trouxe para a aldeia”. Para os mais antigos, “é um absurdo falar que a dança surgiu depois da Guerra do Paraguai. Ela é um costume do povo e é tão antiga quanto ele”.

Quem denominou como dança do Bate-Pau foi o *purutuyé*¹³, já que é a coisa mais marcante durante as apresentações, mas para indígenas a dança recebe o nome de Dança da Ema¹⁴ por causa das saias feitas das penas dessa ave e de alguns passos que simulam a movimentação dela. Os “guerreiros” da dança têm seu corpo pintado. Os instrumentos musicais, a flauta e o tambor são tocados pelos mais velhos. Os guerreiros usam pintura preta feita com *genipabu* e pintura colorida de verde, vermelho e, às vezes, outras cores,

¹² O povo Terena, único subgrupo remanescente da nação Guaná no Brasil, pertence ao tronco lingüístico Aruak.

¹³ Significado na Língua Terena: homem branco.

¹⁴ Segundo Fernanda Carvalho (1996), a expressão seria traduzida como “aquele que vestem saias de pena de ema”.

com tinta escolar. Depois de realizado os primeiros passos da dança do bate-pau, ela é interrompida para o batismo - “a introdução aos valores do homem”. O batismo consiste na formação de duas filas, com os jovens a serem batizados posicionados a frente, que ouvem os dizeres do cacique da dança e do organizador.



Figura 3 - Homens índios da Aldeia Limão Verde executando a dança da Ema.

Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora.

3.2. DANÇA SIPUTERENA

Executada apenas por mulheres, a Dança Siputerena que significa a recepção à chegada dos homens que vinham da caça e da pesca trazendo alimento para as famílias na aldeia. Duas filas são formadas, uma na frente da outra: uma composta pelas mulheres com vestimentas verdes (*Sukrekeono*) consideradas pessoas bravas e outra formada pelas que vestem as vestimentas vermelhas (*Xumono*) consideradas pessoas calmas e mansas. Durante a execução dos passos, as mulheres trocam provocações em Terena. A Dança Siputerena segue os seguintes passos: as mulheres agitavam os lenços, na parte diagonal inferior do lado direito, e depois da diagonal inferior esquerda, avançando primeiramente em conjunto a fila de dançarinas, e depois recuando, fazendo o mesmo movimento.



Figura 4 - Dança Seputerena com as mulheres índias.
Fonte: Acervo Pessoal da pesquisadora

4. DADOS COLETADOS NA PESQUISA DE CAMPO

A Cultura Terena é um dos pilares para perpetuar a história e tradição do meu povo por isso quis fazer uma pesquisa de caráter qualitativo, quantitativo com apoio bibliográfico e, para tanto, entrevistei informalmente 75 alunos do ensino Fundamental da Escola Municipal Lutuma Dias, onde ministro aulas de Língua Terena, no período de agosto a novembro do corrente ano com objetivo de verificar se os *purutuyé*¹⁵ influenciam o comportamento destes alunos e se eles “sentem vergonha” de dançar a nossa dança e cantar nossos cânticos, porque a tecnologia chegou as aldeias Terena e tem influenciado diretamente nossos adolescentes, de maneira até negativa.

Primeira pergunta: Sabe dançar a Dança da Ema ou *Siputerena*?

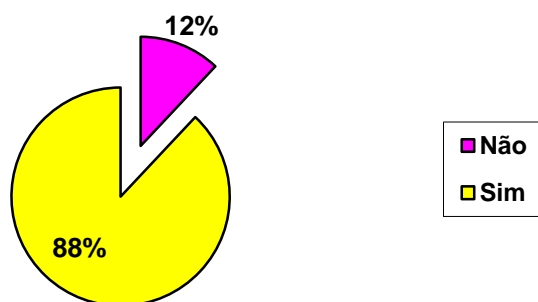


Gráfico 1 – Percentual de alunos entrevistados. Fonte: Pesquisa de Campo.

Ao observamos os dados coletados acima 88% dos alunos sabem praticar a Dança dos Homens Ema (Bate-Pau) e a Dança das Mulheres Siputerena.

A antropóloga Luciana Scanoni (2008)¹⁶, explica que “a dança do Bate Pau é um momento de celebração e de reconhecimento da sua cultura” e, portanto, mostra-se como “uma ferramenta política de integração entre os próprios índios, mas também com o resto da população da cidade”. Ela acrescenta que “a dança está muito relacionada ao contexto político de luta pelo orgulho de ser índio e pelo direito à diferença”. A antropóloga define ainda cultura como “algo mutável” e que “o fato do índio morar na cidade não lhe tira a característica de seus antepassados”.

¹⁵ Homem ou mulher não-indígena

¹⁶ Informações obtidas no site: http://ruminandocultura.blogspot.com/2008_01_01_archive.html

Segunda pergunta: Sabe o que significa os movimentos na dança?

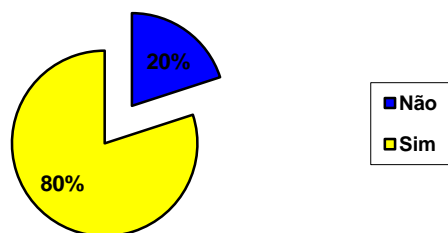


Gráfico 2 – Percentual de alunos entrevistados. Fonte: Pesquisa de Campo.

Nota-se que a maior parte dos alunos sabe o significado da dança, que a prática vem deste a Guerra do Paraguai. A dança é um mecanismo de ressignificação da cultura para os índios Terena. Eles mantêm características tradicionais, adaptando-as à realidade local. Por isso é comum, por exemplo, encontrar pinturas e roupas diferentes para a mesma dança em aldeias dentro de Mato Grosso do Sul.

Terceira pergunta: Sabe o significado das cores usadas na dança?

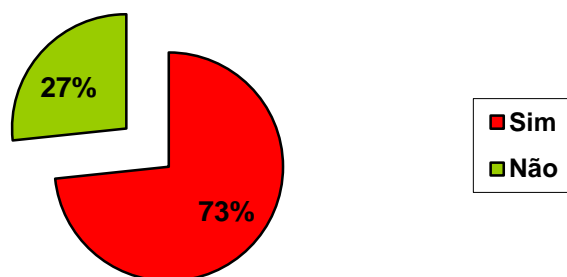


Gráfico 3 – Alunos sabem o significado das cores Terena. Fonte: Pesquisa de Campo.

Quanto aos alunos que sabem o significado das cores Terena (73%) daqueles que não sabem (27%). Parecem-nos percentuais já esperados, devido à influência da tecnologia e do branco nas comunidades indígenas.

Quarta pergunta: Quem ensinou esta arte para você?

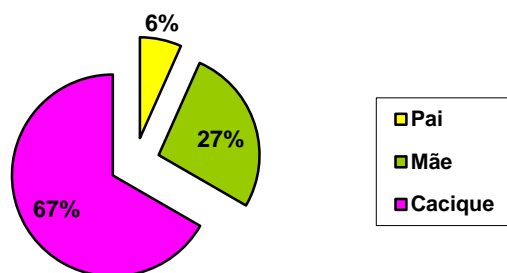


Gráfico 4 – Transmissor da arte na aldeia. Fonte: Pesquisa de Campo.

O **Gráfico 4** (acima) confirma o esperado, ou seja, na família o pai ensina pouco as crianças índias (7%), enquanto que a mãe transmite conhecimento (27%), quase o triplo de vezes do que o pai e o cacique – daqui não se refere a liderança na aldeia, mas sim o instrutor da dança – é quem perpetua na aldeia o costume desta tradicional (66%).

A dança tem uma *coreografia* própria onde os primeiros passos são lentos, lembrando os passos do jaburu, uma ave aquática da fauna pantaneira. Os homens formam duas fileiras e são guiados pelo chefe que fica na ponta. Em seguida, imitam os passos da Ema e retornam ao início. Guiados por palavras em Aruak – idioma Terena - eles simulam uma guerra, arremessando os bambus uns contra os outros.

No final da dança, uma homenagem: os paus são cruzados em baixo para que o cacique seja suspenso. Nesse momento as peles morenas, as tintas pelo corpo e as saias ganham ainda mais significado para aqueles homens. Seus olhos e sua força indicam a intensidade daquela dança e as pessoas em volta se emocionam. O homem sobre os bambus diz frases fortes na língua Terena e os demais respondem no mesmo tom. O momento é de convergência.

Quinta pergunta: Você acha que a dança é uma herança cultural deixada pelos seus antepassados?

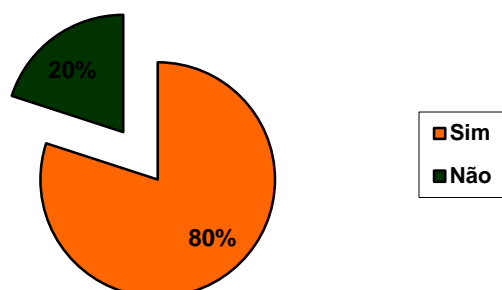


Gráfico 5 – Herança cultural. Fonte: Pesquisa de Campo.

Pelos dados do **Gráfico 5**, independentemente de faixa etária e sexo, acredita (80%) que a dança faz parte da cultura Terena.

Sexta pergunta: Você se sente obrigado (a) a dançar?

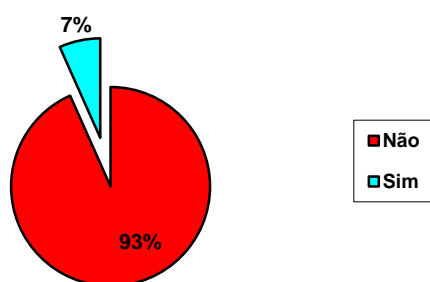


Gráfico 6 – Obrigação para dançar. Fonte: Pesquisa de Campo.

As respostas apresentadas são bastante satisfatórias, onde na maioria dos alunos (93%) acredita que não se sente obrigado pelos familiares a praticar a dança demonstrando com as respostas a perpetuação da cultura Terena e que as *influências* ou imposições culturais não tem atingido o povo Terena.

Sétima pergunta: Pretende ensinar seus filhos a arte da dança Terena?

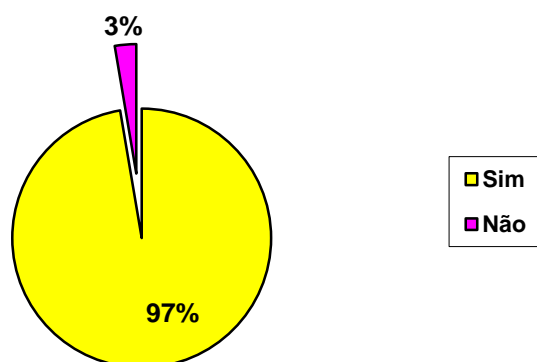


Gráfico 7 – Perpetuar a cultura. Fonte: Pesquisa de Campo.

O **Gráfico 7** (acima) apresenta o seguinte resultado: dos 75 alunos, 97% ensinará os passos da dança e a cultura para os filhos e somente 3% não ensinarão esta prática aos filhos. O que nos leva a refletir sobre o quantitativo de 3%, porque essas pessoas moram na reserva indígena e convivem com nossas dificuldades. Num outro momento, faz-se necessário aprofundar nos porquês desta *resistência* em não tradicionalizar a dança.

É de fundamental importância principalmente para o povo Terena o entendimento deste processo, o resgate da nossa história através de cultura, o registro de um processo que é a identidade da nossa etnia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que, em muitos casos, não há satisfação do aluno em ir para a escola indígena, apesar das singularidades existentes, o fazendo mais por obrigação das convenções sociais que exigem cada vez maiores níveis de educação e ao mercado de trabalho excludente em relação aos que não estão adequadamente preparados. Isso se aplica também à educação escolar indígena. Mesmo as comunidades que mantêm elevado grau de interação com a cultura do homem branco – como é o caso da região de Aquidauana – a educação oral de usos e costumes persiste, ainda que em menor grau. Essas formas próprias de educação tendem a contribuir na formulação de uma política de educação escolar capaz de atender aos anseios, interesses e necessidades da realidade hoje vivida pelas comunidades indígenas.

Neste contexto de educação indígena é que está inserida a prática da Arte Terena, feita através de processos que possibilitem aos mais jovens conhecer as formas para assegurar os projetos de futuro dentro da comunidade indígena, seja pela reprodução ou reconstrução, da própria identidade, dos saberes, valores e padrões de comportamento, tudo segundo o que preceitua sua própria cultura. Entende-se que o desejo das comunidades indígenas ainda está longe de ser alcançada, principalmente pela insistência em práticas monoculturais, enquanto a escola almejada pelas etnias indígenas é aquela que permita a manutenção de sua cultura, ainda que esteja aberta para o diálogo e aquisição de novos conhecimentos.

Assim, para que a escola indígena seja realmente diferenciada e assegure às etnias sua identidade, cultura, saberes, além da educação bilíngue é fundamental que a gestão dessas, o currículo e outras decisões, sejam tomadas pela comunidade que dela irá usufruir. Infelizmente o que se percebe é que a grande maioria dos jovens chega ao ensino médio sem capacidade para organizar sua própria ideia e raciocínio, uma vez que eles vêm de processo educacional passivo, repetitivo e opressor, que não estimula sua autonomia intelectual.

Na pesquisa realizada com os alunos da Escola Municipal Indígena “Lutuma Dias” foi possível perceber que os alunos entendem a importância da cultura Terena no ambiente escolar. Entretanto, a percepção desta importância reside não na formação humanística, mas na necessidade de se preparar para o mercado de trabalho, para alcançar uma profissão rentável e para melhoria de vida.

REFERÊNCIAS

- ÂNGELO, Francisca Novantino P. de. **Participação e autonomia na gestão das escolas indígenas: uma reflexão**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **Do índio ao Bugre: o processo de assimilação dos Terena**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- DIERNA, Rosa Maria. **Los Mbya Guarani de Misiones: un abordaje crítico de la Política Indigenista**. Boletín del Grupo Internacional de Trabajo sobre Asuntos Indígenas (IWGIA). Vol. 4. nº 34, 1984, Copenhague.
- FERREIRA, Mariana Kawal Leal. A educação escolar indígena: um diagnóstico crítico. SILVA, Aracy Lopes da e FERREIRA, Mariana Kawal Ferreira (Orgs.). **Antropologia, história e educação: a questão indígena e a escola**. São Paulo: Global, 2001.
- FREIRE, José Ribamar Bessa. Trajetória de muitas perdas e poucos ganhos. In: **Educação escolar indígena em Terra Brasilis**, tempo de um novo descobrimento. Rio de Janeiro: IBASE, jul. 2004.
- FREIRE, P. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, p. 25, 1983.
- FEHLAUER, Tércio. **“Conhecimento Indígena” em perspectiva: performance, habilidades e capacidades agrícolas dos Terena da aldeia Limão Verde (Aquidauana/ MS)**. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – PGA/UFSC, Florianópolis, 2004.
- FUNASA – Fundação Nacional de Saúde. Resumo geral, pólo base: Aquidauana - MS, 2007.
- FUNAI – Fundação Nacional do Índio. **Relatório de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Limão Verde, Aquidauana/MS**. GT. Port. N. 1180/PRES de 13/12/96 e 018/PRES de 10/1/97.
- KAHN, Mariana e AZEVEDO, Marta. O que está em jogo no desafio da escolarização indígena. In: **Educação escolar indígena em Terra Brasilis**, tempo de um novo descobrimento. Rio de Janeiro: IBASE, jul. 2004.
- MARIZ, Alceu Cotia. **Relatório de identificação e delimitação da Terra Indígena do Limão Verde**. Brasília, 1997. In Processo 3348/97.
- PAULA, Eunice Dias de. A interculturalidade no cotidiano de uma escola indígena. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 19, n. 49, 1999. Disponível em: <www.scielo.br>. Acesso em: 16 out. 2018.
- PINTO, Ramão Alves. **Entrevista concedida à Fernando Augusto Azambuja de Almeida em 07/04/2007, aldeia Buriti - MS**.

SOUZA, Solange Bertozzi de. **Cultura e memória entre os índios Terena: conflitos, transformações e preservação.** Dissertação (Mestrado em Psicologia). Instituto de Psicologia de São Paulo. São Paulo, 2002.

VARGAS, Vera Lúcia. **Os Índios Terena e a Guerra do Paraguai.** Disponível em <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/anpuhnacional/S.23/ANPUH.S23.1593.pdf>. Acesso em 20/10/2018

VARGAS, Vera Lúcia Ferreira. **A construção do território Terena (1874-1966):** uma sociedade entre a imposição e a opção. (Dissertação) Mestrado em História, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. UFMS, 2003.

VEIGA, Juracilda; D'ANGELIS, Wilmar da R. Na sala de aula: a subversão da escola com os Kaingang. In.: SEKY, Lucy (org.) **Linguística indígena e educação na América Latina.** Campinas: UNICAMP, 1993.